

ACADEMIA MILITAR



GENERAL
ANTÓNIO XAVIER CORREIA BARRETO
(1853 – 1939)

PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR
ANO LECTIVO 2010/2011

Trabalho realizado por:

Capitão de Administração Militar, DAVID MIGUEL PASCOAL ROSADO (*)

Academia Militar, Julho de 2010

(*) Doutor em Sociologia (2008), Mestre em Ciência Política – Cidadania e Governação (2001) e Licenciado em Ciências Militares, na especialidade de Administração Militar (1998). Entre outros cursos, está habilitado com o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP). É membro do CINAMIL, Vice-Presidente da Associação dos Pupilos do Exército (APE) e Vice-Presidente da Associação de Taekwondo de Lisboa (ATLx).

PATRONO DOS CURSOS DE ENTRADA NA ACADEMIA MILITAR

ANO LECTIVO 2010/2011



GENERAL
ANTÓNIO XAVIER CORREIA BARRETO
(1853 – 1939)

INTRODUÇÃO

Comemorando-se no corrente ano de 2010 o Centenário da República Portuguesa, foi com grande oportunidade que para o ano lectivo 2010/2011, a Academia Militar escolheu para Patrono dos seus cursos de entrada, o General António Xavier Correia Barreto.

O General Correia Barreto foi um dos mais insignes militares que este País teve e, acima de tudo, foi um símbolo da defesa constante da Democracia e da própria República. Inventor da *Pólvora Barreto*, uma pólvora sem fumo de óptima qualidade e que tantos méritos científicos e elevada economia de recursos financeiros concedeu a Portugal, este oficial desempenhou cargos tão diversos como Director do Arsenal do Exército, Comandante da 1.^a Divisão do Exército, Comandante-Geral da GNR, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Ministro da Guerra e Presidente do Senado e do Congresso. Conhecido pelo seu carisma, competência e indubitável dedicação à causa republicana, ganhou mesmo “*uma aura de fiel da República*”, posicionando-se como o “*natural Presidente do Senado e do Congresso*”.

A sua vida e obra assumem-se como um exemplo real daquilo que é contribuir, enquanto militar e enquanto cidadão, para que as Forças Armadas sejam também um factor de desenvolvimento e de modernização da sociedade. É esse o seu maior legado, alicerçado nos valores pátrios mais emergentes e na urgente advertência do significado atinente ao trabalho.

Correia Barreto foi quase tudo o que um cidadão poderia ter sido na Primeira República e combateu todos os regimes não democráticos que emergiram entre 1910 e 1926. Sem surpresa, o seu processo de construção historiográfica nunca se assumiu como uma tarefa simples, até porque, por todos os motivos, ao Estado Novo interessava que este personagem “*não passasse à História*”. Felizmente, isso não se concretizou. O General António Xavier Correia Barreto ocupa hoje, muito merecidamente, o seu lugar na nossa História, sendo uma das mais altas figuras ligadas com a implantação da República. Quando em 2010 se comemora o Centenário da República Portuguesa, é oportuno que a memória colectiva exalte os seus maiores vultos. A Academia Militar, enquanto Estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, não poderia estar apartada desse desígnio.

Sublinhemos que Correia Barreto marcou indelevelmente os destinos de Portugal por diversas vezes. Não só foi o inventor de um tipo particular de pólvora que concedeu uma muito ambicionada independência financeira e técnica no campo da produção de material de guerra, como também, tendo sido um dos implicados na Revolução de 5 de Outubro de 1910, nunca deixou de abraçar os ideais democráticos em prol de um Portugal mais moderno e plural.

Na hierarquia militar, Correia Barreto chegou ao posto de General aliando sempre a

faceta castrense com os desafios académicos e científicos. E no âmbito político, enquanto Deputado, Ministro da Guerra, Senador e Presidente dessa Câmara legislativa (desde 1915 até ao seu encerramento em 1926), demonstrou, pela natureza da sua postura e pela rectidão do seu carácter, aquilo que de melhor se poderia ser como cidadão.

Dentro do propósito de fortalecimento da base social de apoio aos ideais do novo regime político e do desenvolvimento de uma verdadeira “*Educação Republicana*”, situou-se, entre outras medidas políticas por si protagonizadas, a criação do *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar* (IPPETM).¹ Este Estabelecimento Militar de Ensino nunca esqueceu o seu Fundador, e prestes a comemorar também - em 25 de Maio de 2011 - o seu centenário, orgulha-se de ter como figura tutelar tão brilhante e distinto Português.

Aos Cadetes-Alunos que ingressam na Academia Militar no ano lectivo 2010/2011, a vida e a obra do General Correia Barreto constituir-se-ão como referências indeléveis do seu trajecto académico e militar. Cabe-lhes honrar a figura do seu Patrono, trabalhando arduamente para conquistarem os seus objectivos. Num tempo em que os valores éticos sofrem mutações tão diversas numa sociedade em constante mudança, é importante que exaltemos os novos Cadetes-Alunos, desde muito cedo, a vencer pelo seu próprio esforço, com coerência, determinação e elevado sentido de responsabilidade.

¹ Actualmente designado por *Instituto dos Pupilos do Exército* (IPE).

1. O MILITAR, O POLÍTICO E O PEDAGOGO: A CONSTRUÇÃO DA IMPARCIALIDADE

*"Dez bons Soldados sabiamente liderados,
vencerão rapidamente cem Soldados que não tenham liderança."*

Eurípides (apud Royal Military Academy, 1994, p. 35)

A vida e o percurso profissional do General António Xavier Correia Barreto, pelos seus detalhes preciosíssimos e notória complexidade, ocupam um lugar próprio na nossa Sociologia e História Militar. Personagem inconformado entre os seus pares e atento às evoluções que se faziam sentir em Portugal e no mundo, este oficial de carreira sempre defendeu que os cidadãos deviam ser úteis à Pátria pelo seu trabalho, nunca se tornando num encargo injustificado para o Estado. Contemporâneo de um tempo em que se verificavam amplas evoluções sociais em Portugal e no resto do mundo, Correia Barreto manifestou constantes preocupações com as modificações científicas, pedagógicas e sociais que então ocorriam. Militar empenhado e devotado cientista, Correia Barreto sabia que era imprescindível que as Forças Armadas não fossem reconhecidas apenas pelo seu poder bélico, mas sobretudo pela qualidade e pelo prestígio dos elementos que as integravam. Neste compasso, as investigações académicas e literárias recentemente trazidas a público deram um novo fôlego à sua memória histórica e apresentaram o enorme alcance do seu tributo pessoal e profissional. Inequivocamente, Correia Barreto é hoje considerado uma figura ímpar no contexto político e militar nacional da sua época.

O General António Xavier Correia Barreto nasceu em Lisboa a 5 de Fevereiro de 1853 e faleceu em Sintra a 15 de Agosto de 1939. Assentou praça como voluntário aos dezassete anos de idade no Regimento de Infantaria 16, tendo aí ficado a prestar serviço como Soldado desde o dia 2 de Abril de 1870 até ao dia 2 de Junho de 1874, data em que foi promovido a Alferes-Aluno da Arma de Artilharia, sendo posteriormente colocado no Regimento de Artilharia 1. Durante esse período de tempo e mediante autorização por si requerida, continuou os seus estudos na área das ciências físico-químicas, tendo para esse efeito frequentando a Escola Politécnica. Formou-se nessa instituição com 21 anos de idade, no fim do ano lectivo de 1873/1874.

Como corolário da sua promoção, matriculou-se em Outubro de 1874 na Escola do Exército para frequência do Curso de Artilharia, sendo que, ainda como Alferes-Aluno,² Correia

² A ascensão na hierarquia militar por parte de Correia Barreto foi a seguinte: 2.º Tenente, em 1877; 1.º Tenente, em 1880; Capitão, em 1884; Major, em 1900; Tenente-Coronel, em 1906; Coronel, em 1909; General, em 1914. Cfr. Arquivo Histórico Militar. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

Barreto deu ao prelo a sua primeira publicação no campo da Química (Simões, 1892), intitulada *Elementos de Chimica Moderna. Contendo as suas principaes applicações para uso nos lyceus (...) Aprovado pelo Govêrno*, obra que viria a ter seis edições, a última das quais em 1889 (CML/CMT, 2004, p. 3).

Directa e indirectamente, Correia Barreto esteve ligado à vertente educativa desde o início da sua carreira. O seu interesse pela pedagogia e pela ciência, levou-o a ser nomeado em 29 de Janeiro de 1880 para uma comissão destinada a elaborar e indicar os livros que deveriam ser usados nas *Escolas Regimentais*, funções essas que conduziram à atribuição do seu primeiro louvor, no ano em 1888, “*pelo zelo, inteligência e dedicação com que se houve no desempenho da Comissão incumbida de elaborar os compêndios de textos para o ensino nas Escolas Regimentais*”.³ Infelizmente, perdeu-se quase toda a memória relativa às suas colaborações na Biblioteca das Ideias Modernas, mas ainda hoje se podem encontrar algumas traduções da sua autoria. Mesmo sendo obras de âmbito técnico e científico, conseguimos denotar, sem grande dificuldade, uma permanente e vincada influência republicana nos seus escritos (entre outros, ver Pinto, 2003, p. 24).⁴

Salientemos que a sua invenção bélica, a *Pólvora Barreto*, explanou-se como muito mais do que apenas um produto químico: foi uma vitória científica nacional (Carrilho, 1985). Concorrem ainda para o prestígio científico de Correia Barreto aquilo que foram os sentimentos patrióticos do próprio, no sentido em que entrega generosamente e de forma desprendida uma invenção de sucesso, tal e qual Portugal se tratasse de um reino rico e desenvolvido. Aliás, sabe-se que este seu crédito científico foi cada vez maior. Na década de 1890, surgiram mesmo diversas notícias publicadas sobre a temática, salientando a excepcional qualidade científica daquele militar.⁵

³ Refira-se que o trabalho desta comissão é sistematizado em 1892 quando a recém criada Sociedade de Geografia de Lisboa decide organizar a delegação portuguesa ao Congresso Pedagógico Hispano-Português-Americano e inclui José Estêvão de Morais Sarmento com uma comunicação intitulada *As Escolas Regimentais em Portugal*.

⁴ Com efeito, nas últimas páginas das publicações dessa colecção, encontra-se mesmo publicidade a outras colecções de pendor republicano, sendo que tal circunstância é demonstrativa das relações políticas do então Tenente de Artilharia, que desde muito cedo professou ideais republicanos. Os números 3 e 7 dessa colecção são traduções de Correia Barreto, ambas de 1883, nomeadamente de Wurtz, *A Teoria Atómica na Conceção Geral do Mundo*, e de Saint-Robert, *O que é a Força*. No mesmo ano e na mesma colecção, Correia Barreto traduz ainda *A Natureza dos Elementos Chimicos*, de Berthelot. Esta edição merece-nos uma atenção especial por duas razões: em primeiro lugar, o tradutor redige um capítulo, numa das matérias de maior vanguarda para a época; em segundo lugar, porque o autor era, à data da publicação desta tradução, o Presidente da *Commission des Substances Explosives* francesa, instituída por Decreto de 14 de Junho de 1848 e organizada por outro Diploma de 23 de Julho do mesmo ano. Berthelot desempenhará essas funções mesmo depois de uma remodelação da comissão em 31 de Dezembro de 1882.

⁵ Recordemos, nesta parte, a disputa entre Correia Barreto e Mendonça Cortez. Em 1893, Luís Mardel não tinha qualquer dúvida sobre a troca de galhardetes entre estes intervenientes, na medida em que o segundo nunca se tinha interessado pela Química e questionava a razão de agora um Ministro Honorário se interessar e se dedicar ao estudo da pólvora sem fumo. Sem dúvida, estava-se perante um campo de investigação promissor, mas há que dizer que a imprensa especializada acompanhava atentamente esta disputa e, efectivamente, nunca conferiu grande credibilidade

Corolário do militar rigoroso, exigente consigo próprio e com os seus subordinados, mas prudente nas decisões e um estudioso por excelência, logo como Capitão, Correia Barreto foi nomeado para diversas funções de grande envergadura técnica, destacando-se o cargo de Director do Laboratório Químico dos Estabelecimentos Fabris do Exército e o cargo de Director da Fábrica de Pólvora Sem Fumo. Foi também membro de uma comissão encarregada de proceder ao estudo e escolha de equivalentes alimentícios para as designadas rações de combate, e também membro de uma outra comissão destinada a proceder à escolha de um novo modelo de arma ligeira a adoptar pelas tropas de Infantaria.

Enquanto Major do Estado-Maior de Artilharia, Correia Barreto continuou no cargo de Director da Fábrica de Pólvora Sem Fumo e desempenhou, concomitantemente, as seguintes funções:⁶

- Vogal da Comissão de Explosivos;
- Vogal da Comissão encarregada de formular as condições de arrematação de fornecimento de matérias-primas e artigos manufacturados destinados ao fardamento das praças de pré;
- Relator da Comissão Permanente do Contencioso em matéria de fornecimentos militares.

Com o posto de Tenente-Coronel foi nomeado Vogal Relator do Conselho de Administração da Manutenção Militar e do Depósito Central de Fardamentos. Entre outros cargos, assumiu ainda as funções de Presidente da Comissão de Experiências de Artilharia. Já com a patente de Coronel, Correia Barreto foi nomeado Vogal da Comissão encarregada de elaborar o projecto de adaptação do edifício de Santa Engrácia para o estabelecimento duma oficina mecânica de calçado, e foi ainda Presidente da Comissão encarregada de estudar as alterações a introduzir em vasto material militar com vista a acelerar o tiro e a facilitar a sua utilização em posições encobertas. Sublinhemos que esta foi uma das primeiras vezes que em Portugal se estudaram meios e técnicas de combate com base em posições entrincheiradas, que tanto viriam a marcar a Primeira Guerra Mundial e a participação do Corpo Expedicionário Português na Flandres (APE, [s.d. a]).

às descobertas de Mendonça Cortez. Quando foi noticiado que Mendonça Cortez iria produzir pólvora para uma expedição a Moçambique, para seu infortúnio uma outra notícia veio a público, desta feita com a descrição de que tinham ocorrido acidentes em armas que testavam esta pólvora. Esta situação só reforçou e capitalizou o prestígio de Correia Barreto, até porque foi publicada no estrangeiro, nomeadamente em Espanha.

⁶ Cfr. Arquivo Histórico Militar. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 30 de Janeiro de 1911.

Figura 1 - *Correia Barreto é aclamado ao passar revista aos grupos voluntários reunidos no Terreiro do Paço.*⁷

Na Revolução de 5 de Outubro de 1910 (oportuno ver Santos, 1916), é no posto de Coronel que encontramos Correia Barreto no Directório do Partido Republicano. E nesse domínio, com papel de relevo, perto de Cândido dos Reis (Pinto, 1998). Refira-se que Correia Barreto militou sempre no Partido Republicano Português, de cujo Directório fez parte. A todo o tempo relacionado com as comissões técnicas e com o fabrico da pólvora que inventara, foi nomeado Ministro da Guerra do Governo Provisório da República,⁸ tendo optado, desde logo, por uma maior intervenção no cenário de umas Forças Armadas que importava desenvolver, modernizando-as perante os desafios emergentes daquela época.

⁷ Resultado de um apelo geral, estes voluntários receberam instrução militar e pretendia-se que fossem um braço cívico das instituições republicanas na luta contra eventuais movimentos monárquicos.

⁸ Na composição do conjunto de colaboradores do Ministro da Guerra, encontrava-se a quase totalidade dos oficiais que pertenciam ao grupo que ficou conhecido por *Jovem Turquia* (APE, [s.d. b], assim como Arnaut, 2000, Carvalho, 1976, Dias, 1980, Marques, 1986 e 1998, e ainda Ramos, 1994).



Fonte: Cardoso, 1947, página não numerada entre pp. 50 e 51.

Figura 2 - Gabinete do Ministro da Guerra do Governo Provisório da República.⁹

A reforma abrangente das Forças Armadas que efectuou em 25 de Maio de 1911, mereceu um destaque muito especial. A reorganização e modernização do Exército, apanágio do Governo Provisório, rendeu a Correia Barreto os aplausos dos seus concidadãos, e venceu a resistência à mudança que já se adivinhava. Nesse compasso da sua vida, juntou à sua invenção bélica, aquilo que foi a elaboração de “*uma lei de recrutamento genuinamente democrática*” (Relvas, 1977, p. 105).

Foi nessa reforma que, através do Decreto de 25 de Maio de 1911, surgiu a criação dos Pupilos do Exército (com a designação própria de *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar*) como parte integrante da *Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar*.¹⁰ Hoje é amplamente reconhecido que esta reforma foi uma das mais importantes medidas do programa político do Governo Provisório (Pinto, 2000).

⁹ “*Jovens Turcos*” - 1.º Plano: Sá Cardoso, Correia Barreto, Álvaro Pope; 2.º Plano: Manuel Luís dos Santos, Américo Olavo, Hélder Ribeiro, Rui Ribeiro, Vitorino Guimarães e Álvaro de Castro.

¹⁰ Além da fundação do então *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar* no seio da *Obra Tutelar e Social do Exército de Terra e Mar* (que englobava também o *Colégio Militar* e o *Instituto Feminino de Educação e Trabalho*, actual Instituto de Odivelas), este Diploma inferia também transformações a vários níveis para a Instituição Castrense, atinentes sobretudo ao campo da Educação, do Ensino, da Instrução e do Treino.



Fonte: Rosado, 2008, p. 570.

Figura 3 - *Os primeiros 40 alunos do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar, com o primeiro Director, o Fundador e Professores em 25 de Maio de 1912.*

Correia Barreto reorganizava as Forças Armadas, aumentando-lhes consecutivamente o seu potencial, mas pretendia ir mais longe. E nesse ensejo, sabe-se que a Educação foi um factor fundamental na sua actividade reformista. Tratava-se uma formação plural, onde não só se aprendia a língua de Camões e as bases da aritmética, mas também se fomentavam os ideais de cidadania. Concorrendo para isso, a instituição do serviço militar obrigatório, com o objectivo de dar uma formação cívica de base a todos os cidadãos adultos do sexo masculino, constituiu-se como uma dessas medidas. Aliás, o pensamento de Correia Barreto em relação à Educação ministrada no Exército ficou bem explicitado naquilo que afirmou em 1914, no Senado: “*O Exército é hoje, por assim dizer, a única escola de educação cívica, onde o mancebo, a par da instrução militar, recebe noções dos seus deveres de cidadão, de modo que, quando a praça regressa à sua terra, não só compreende os seus deveres cívicos, mas é um propagandista das ideias e princípios que lhe incutiram no regimento*”. Para Correia Barreto era essencial educar as classes mais baixas, doutrinando-as como futuros exemplos de cidadania e como base social de apoio à República (CML/CMT, 2004, p. 7).

Promoveu-se assim também uma maior aproximação entre o povo e o Exército, no respeito pelo efectivo cumprimento do serviço militar obrigatório e na existência de um sistema escolar que os recrutas beneficiavam, as designadas *escolas de repetição*. No fundo, criava-se também a imagem de uma “*escola de moralização*”, tão necessária para aqueles estratos sociais. A criação de escolas primárias em todos os Regimentos, as *Escolas de Regimento* ou *de Corpo*, possibilitou a existência de mecanismos de instrução para os recrutas e para os cidadãos em

situação de reserva, desenvolvendo uma filosofia de serviço militar muito próximo do modelo suíço, valorizando-o enquanto continuação da escola primária. Em virtude disso, grande parte do prestígio de Correia Barreto, além do atinente ao domínio estritamente castrense, académico e científico, adveio igualmente dessa corajosa reforma militar e educativa que levou a efeito, menos de um ano após a implantação da República (Marques, 1991, p. 444).¹¹



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 30 de Janeiro de 1911.

Figura 4 - Correia Barreto assistindo a provas e exercícios de ginástica da Guarnição de Lisboa.¹²

São muitíssimas as missões, os cargos e as responsabilidades que foram conferidos a Correia Barreto, tendo servido Portugal nas mais diversas áreas, apanágio da imagem de militar dedicado, voluntarioso, culto e sério. Foi Ministro da Guerra no período de 1912 a 1913 e, mais tarde, no ano de 1922. Nesta nova nomeação para a Pasta da Guerra, exerceu o cargo de 6 de Fevereiro a 30 de Novembro do mesmo ano, data em que foi exonerado a seu pedido. Antes, em Dezembro de 1913, tinha assumido as funções de Senador. Regressado a funções militares após o segundo período em que foi Ministro da Guerra e mantendo o posto de Coronel, foi Comandante do Regimento de Artilharia 1 (primeira Unidade de colocação dentro da Arma a que pertencia), Vogal do Júri de Exames para Major de Artilharia e Membro de Júri do Concurso Nacional de Tiro.

¹¹ A situação das Forças Armadas em Portugal era desprestigiante, devido principalmente à falta de treino das tropas e dos comandos, assim como falta de material e deficiente estruturação das carreiras. Nomeou José Estêvão de Morais Sarmiento para dirigir essa reforma, sendo que seria também na falta de material que a acção de Correia Barreto se mostraria relevante, quer pelas consequências adstritas à *Pólvora Barreto*, quer pelas comissões onde esteve inserido.

¹² Parte da sua reforma das Forças Armadas assentava numa nova noção de Educação aplicada ao serviço militar, que implicava o exercício físico.



Fonte: Centro de Documentação e Memória da APE.

Figura 5 - *Correia Barreto acompanha Teófilo Braga aquando da sua apresentação à multidão depois de ter sido eleito Presidente da República em 29 de Maio de 1915.*

Alcançaria as estrelas de Oficial General por nomeação directa do Presidente da República, Manuel de Arriaga (Pinto, 2002). Com esta nova patente desempenhou, entre outros, os seguintes cargos: Comandante da 1.^a Divisão do Exército, por duas vezes; Presidente da Comissão Técnica de Fortificações; Director do Arsenal do Exército, por três vezes; Presidente da Comissão encarregada de proceder à elaboração de um novo Regulamento do Arsenal do Exército; Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana; Presidente da Comissão encarregada da organização do Exército; Vogal do Júri de Exame de candidatos ao posto de General, por diversas vezes; e Vice-Presidente da Comissão criada para o estudo da forma de coordenar num só Diploma tudo o que tinha sido legislado sobre Instrução Militar Preparatória, com vista ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento. Sendo Presidente da Comissão Administrativa do Concelho de Lisboa, foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre 1913 e 1914, retornando à sua carreira castrense a 27 de Fevereiro de 1914 (Dias, 2003, p. 15).

Tendo sido eleito Presidente do Senado no ano de 1915, também ocupava esse cargo em 28 de Maio de 1926, quando o Congresso foi encerrado. Homem de elevada rectidão, a sua presidência foi sempre pautada pela imparcialidade e pelo notório pragmatismo das suas decisões: Correia Barreto era o Presidente de todos os Senadores. Tendo sido também Presidente do Congresso, candidatou-se ainda à Presidência da República em 1915, tendo ficado em segundo lugar. Numa segunda candidatura ocorrida em 1919, ficou então em quinto lugar.

O percurso político do General Correia Barreto revela um personagem incansável na defesa dos ideais democráticos, que foi inevitavelmente preso aquando do sidonismo e

recuperado para os governos após a “noite sangrenta” (CML/CMT, 2004, p. 9).¹³ O País, aturdido pela desordem pública frequente e por crescentes problemas sociais, precisava, mais uma vez, de referências. Entre essas, precisava indubitavelmente de Correia Barreto. Foi nesse contexto que, sem qualquer surpresa, ganhou “*uma aura de fiel da República*”, posicionando-se como o “*natural Presidente do Senado e do Congresso*” (Pinto, 2000, p. 56).

Depois de passar à situação de reforma em 1923,¹⁴ por limite de idade, retirou-se para Sintra, onde viria a falecer dezasseis anos depois, com 86 anos de idade. Não deixando herdeiros, as suas condecorações, louvores e farda, foram entregues à guarda dos Pupilos do Exército, onde ainda hoje se encontram. A Câmara Municipal de Lisboa prestou-lhe homenagem atribuindo o seu nome a uma avenida em Lisboa, nas freguesias de Benfica, São Domingos de Benfica e Campolide, contígua à Escola que fundou, o actual IPE.

Do rol de condecorações e distinções conferidas a António Xavier Correia Barreto, podemos destacar as seguintes (Rosado, 2008, p. 59):

- Grau de Oficial da Real Ordem Militar de São Bento de Aviz, em 1894;
- Medalha Militar de Prata de Comportamento Exemplar, em 1902;
- Medalha Militar de Prata da Classe de Bons Serviços, em 1902.
- Comendador da Real Ordem de São Bento de Aviz, em 1905;
- Louvor atribuído por D. Carlos, em 1908;¹⁵
- Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz, em 1919;
- Medalha Militar de Ouro de Comportamento Exemplar, em 1919;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, em 1919;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz, em 1920;
- Grã-Cruz da Ordem de Mérito Militar de Espanha, em 1922.

¹³ A sua ligação à Maçonaria justificou essa prisão. Após o assassinato de Sidónio Pais, Correia Barreto voltou ao Senado, tendo sido nomeado Ministro da Guerra em 1922. Sublinhemos que Correia Barreto presidiu ao Tribunal Militar que julgou os sidonistas, tendo prendido Liberato Pinto. Mais tarde, daria andamento aos processos judiciais dos implicados na “*Noite Sangrenta*”.

¹⁴ Através de uma lei especial, continuou a desempenhar as funções de Director do Arsenal do Exército, até meados de 1926. Após o 28 de Maio de 1926, deixou de exercer qualquer actividade política.

¹⁵ No documento oficial, pode ler-se que foi louvado “(...) *pela maneira distinta, inexcusável, e pelo muito saber profissional como dirigiu os trabalhos de ampliação da Fábrica de Pólvora em Chelas.*” Refira-se que antes, em 31 de Dezembro de 1897, também já havia sido louvado por serviços prestados no âmbito da Fábrica de Pólvora, nomeadamente “(...) *pela muita inteligência, zelo e dedicação empregados na boa e racional disposição das oficinas da Fábrica de Pólvora Sem Fumo, e escolha de aparelhos e máquinas para a mesma fábrica.*”



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 14 de Novembro de 1910.

Figura 6 - Correia Barreto e Morais Sarmiento na Escola do Exército, antecessora da actual Academia Militar.¹⁶

¹⁶ Mais uma vez, juntos, os dois militares que haviam estado nos anos oitenta do século XIX no desenvolvimento das Escolas Regimentais.

2. A OBRA DE CIENTISTA E A CRIAÇÃO DA PÓLVORA BARRETO

“Peço, pois, ao Sr. Ministro da Guerra, que entre 6.000.000 de habitantes é o único que tem a Gran-Cruz da Ordem de Santiago, dada ao mérito literário, artístico e científico, que, como homem de ciência que é, pese bem na sua alta sabedoria que num regime democrático como o nosso estas leis de excepção não podem existir, e principalmente quando à sombra dessas leis se praticam verdadeiras iniquidades.”

Ramos de Miranda, na Sessão do Senado de 5 de Maio de 1922 (apud Pinto, 2002, p. 11)

Num panorama de desenvolvimento e de desafios científicos ao nível da Química que se faziam sentir na Europa,¹⁷ o Director da Arma de Artilharia, General João Manuel Cordeiro, incumbiu em 1889 o então Capitão Correia Barreto de estudar o fabrico de uma pólvora sem fumo¹⁸ destinada ao carregamento das armas portáteis e das bocas-de-fogo nacionais. Refira-se que até 1846, época em que Schoenbein fez convergir a atenção para o *Algodão Pólvora*, empregava-se quase exclusivamente no carregamento de armas, a pólvora comum (Vargas, 1998).

Os acidentes registavam-se com frequência, originados pela tentativa de substituir o salitre por outras substâncias oxidantes. Na tentativa de obter uma resolução para esta situação, no ano de 1863 o químico sueco Alfred Nobel começou a fazer uso da nitroglicerina e, em 1887, apresentou uma pólvora sem fumo que logo foi empregue nas armas do Exército Italiano. Todavia, a *Pólvora Dinamite Nobel*, como ficou conhecida, apresentava a desvantagem de originar elevadas temperaturas no interior das armas, sendo que em outros países da Europa tentaram-se diferentes fórmulas, mas com idênticos resultados.

Como Portugal não tinha uma fórmula para fabricar a sua própria pólvora, encontrava-se na dependência do *trust* Nobel, contribuindo com a sua quota para a fabulosa fortuna do químico sueco. Foi nesta sequência que João Cordeiro, apercebendo-se da situação económica e do potencial científico do então Capitão Correia Barreto, incumbiu-o de estudar o fabrico de uma pólvora sem fumo. Após porfiados estudos, os resultados surgiram e, em 1892, o produto final foi apresentado: tratava-se de uma pólvora de óptima qualidade, com excelentes resultados nos ensaios e mesmo superior aos produtos similares – a *Cordite Inglesa* e a *Balistine Italiana*.

¹⁷ Recordemo-nos que a Nitroglicerina tinha sido descoberta pelo Químico Italiano Ascanio Sobrero em 1846, e que focado nesse material, em 1863, Alfred Nobel tinha começado a realizar experiências relevantes para a produção de pólvoras sem fumo.

¹⁸ A nitrocelulose é a base da pólvora sem fumo. O algodão nitrificado arde sem resíduos, e em vez de se consumir por camadas concêntricas, consome-se em superfícies paralelas. Esta pólvora, não produzindo fumos, não deixa resíduos nas armas e apresenta a vantagem de permitir elevadas velocidades iniciais do projectil com pressões interiores relativamente fracas.

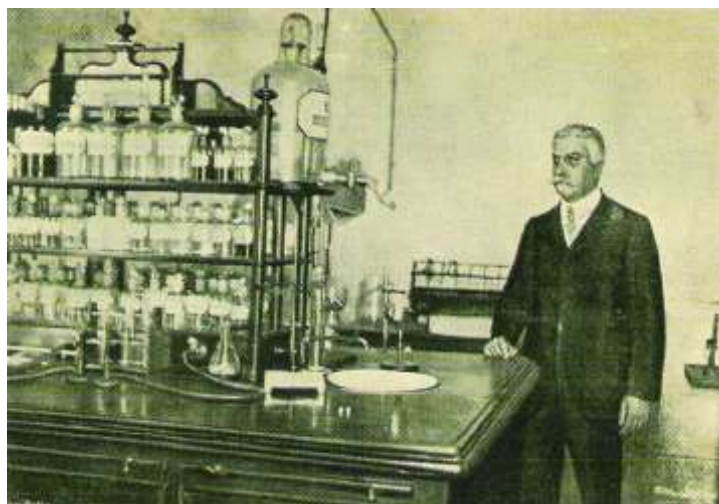
Passaria a designar-se como *Pólvora Barreto* (Rosado, 2008).¹⁹

Luís Mardel, na sua obra *Pólvoras e Explosivos Modernos*, fez referência, em 1893, a esta descoberta: “*A pólvora denominada Barreto, devida ao distinto oficial do nosso exército, o capitão de artilharia, sr. Correia Barreto, muito conhecido pelos seus estudos químicos, é uma pólvora sem fumo que tem por base a nitrocelulose sem dissolvente, preparada por um processo especial que ignoramos; é translúcida e ligeiramente amarelada quando cortada em laminas delgadas*” (apud Pinto, 2002, p. 26).

Testada com sucesso, mas com a concorrência de outros países que também trabalhavam acerrimamente no intento de obter um produto análogo, Correia Barreto, não satisfeito com os resultados alcançados e após novas investigações, obteve um outro tipo de pólvora contendo apenas nitrocelulose. Os desenvolvimentos não se fizeram esperar e, obtida a fórmula, havia que fabricar a pólvora. No ano de 1896 já estava escolhido o local destinado à instalação de uma fábrica de pólvora sem fumo: Chelas.

Sob a direcção do louvado inventor do produto, que também a instalou, a inauguração da *Fábrica de Pólvora de Chelas* realizou-se no dia 14 de Março de 1898, o que permitiu assim uma supervisão directa e técnica sobre todo o processo por parte de Correia Barreto. A fábrica tinha uma capacidade instalada para produzir anualmente 30t de nitroglicerina e 40t de nitrocelulose, fazia o carregamento de 60.000 cartuchos de armas portáteis por dia e fabricava ainda as munições e as caixas dos cartuchos. Esta fábrica foi considerada uma das mais importantes unidades industriais do País no seu tempo, uma vez que dispunha da mais moderna tecnologia mecânica (Vargas, 1998).

¹⁹ Num período curto de tempo, sabemos que o *Explosives Committee* britânico conseguiu também diminuir a percentagem de nitroglicerina contida na Cordite, para valores próximos da *Pólvora Barreto*. Realizaram-se inúmeras experiências e foi-se verificando que era vantajoso reduzir ainda mais a percentagem de nitroglicerina. Mas a descoberta pertencia merecidamente ao Oficial de Artilharia português. Se em *Pólvoras e Explosivos Modernos* se dava conta da descoberta de Correia Barreto e inclusivamente se indicavam algumas características de índole técnica, em Março de 1895, o Exército transcrevia com regozijo a notícia publicada no periódico espanhol *Estudios Militares*, neste contexto.



Fonte: Santos, 1911, página não numerada entre pp. 388 e 389.

Figura 7 - *Correia Barreto no Laboratório de Química da Fábrica de Pólvora de Chelas.*

Internacionalmente, a *Pólvora Barreto* também teve um sucesso assinalável. Em Granada, onde era fabricada para o Exército Espanhol, foi igualmente testada e obteve resultados superiores aos obtidos com as outras pólvoras até então usadas. Os resultados foram de tal forma significativos que a sua fórmula química passou a ser utilizada na grande generalidade das pólvoras sem fumo da época, incluindo a de Nobel. Em 1898, Moch referia-se à *Pólvora Barreto*, que mais uma vez, tinha sido testada: “*Reuniu no dia 12 de Março no ministério da guerra a comissão encarregada de proceder ao estudo químico da pólvora sem fumo do capitão de artilharia – Sr. António Xavier Correia Barreto. A análise química demonstrou que essa pólvora é mais estável ao calor do que a que actualmente é usada no nosso exército; que é superior à Mauser, do exército espanhol; e não inferior à Cordite, adoptada pelo exército inglês. (...) No relatório da comissão sobre as experiências feitas, presta-se a devida homenagem ao sr. Capitão Barreto pelo seu invento e diz-se, com toda a verdade e justiça, que a descoberta daquele oficial é uma honra para o exército português*” (Moch, 1899, pp. 5 e 6).

Correia Barreto dirigiu a fábrica até Janeiro de 1901, tendo sido ainda encarregado de dirigir o processo de ampliação, ocorrido no ano de 1908. Em 1910, quando se deu a implantação da República, a *Pólvora Barreto* era utilizada no carregamento das espingardas de 8mm e de 6,5mm, nas carabinas de 6,5mm e no cartucho da peça de campanha de 7,5 de tiro rápido (Santos, 1911).

A descoberta da fórmula da pólvora sem fumo de Correia Barreto (e a sua posterior produção industrial) foi de vital importância para Portugal, uma vez que se conseguiu evitar o pagamento de uma avultada quantia de dinheiro que uma fábrica alemã exigia pelo segredo das

manipulações químicas. Por outro lado, permitiu ainda que Portugal não estivesse na dependência do estrangeiro para o fornecimento de munições ao Exército, o que mais tarde veio a ser crucial com a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial.



Fonte: *Ilustração Portuguesa*, 13 de Outubro de 1919.

Figura 8 - *Correia Barreto acompanhando o recém-eleito Presidente da República, António José de Almeida, a caminho da sua tomada de posse.*



Fonte: Museu do IPE.

Figura 9 – *António Xavier Correia Barreto, no seu Gabinete, enquanto Presidente do Senado e do Congresso.*

3. DAS HOMENAGENS À PERENIDADE DA SUA MEMÓRIA

“A ingratidão é a mais imperdoável das fraquezas humanas.”

Thomas Edison (apud Rodrigues, 2004, p. 5)

Bastante curiosas são as homenagens que a população de Chelas e os trabalhadores da Fábrica de Pólvora – por ele instalada, por ele dirigida e por ele ampliada – lhe prestaram em 1910. Estas referências podem encontrar-se em documentos que actualmente se encontram no Museu do IPE, onde são enaltecidas as qualidades morais, intelectuais, científicas e políticas dos *“Homens da República”* e, em especial, de Correia Barreto. Se atendermos aos sentimentos sociais e políticos que se exprimiram aquando da Revolução de 5 de Outubro de 1910, estas homenagens são bastante significativas. Nesse domínio, escolhemos duas dessas homenagens, que se transcrevem aqui conforme os textos originais:²⁰

- Na primeira delas, pode ler-se: *“Excellencia, Os abaixo assinados habitantes do populoso bairro de Chellas hauriram a largos tragos o sopro indomável da revolução que baquiou a monarchia substituindo-a pela Republica convictos que só entre os adeptos d’esta se encontravam os homens capazes de remir a Patria Portuguesa dos erros, depredações e crimes que tão tristemente assignaram o regimen que o povo na ancia fremente de liberdade, justiça e ordem baniu violentamente em 5 de Outubro. O encargo commetido a V. Exa. de sobraçar a pasta da Guerra no Governo da Republica não surprehendeu portanto os signatarios que tiveram frequentíssimas occasiões, durante o tempo que V. Exa. habitou entre elles de apreciar as suas qualidades de character. Certos que só um grupo de homens intelligentes, honestos, energicos e generosos poderá tornar respeitado um povo que tão caluniado tem sido congratulam-se os abaixo assignados com a nomeação de V. Exa. e esta mensagem tem por único objecto a depôr em suas mãos um penhôr de absoluta confiança em vós depositam os signatários da presente. Saúde e Fraternidade, Chellas, em 5 de Outubro de 1910. Ao Exmo. Sr. António Xavier Correia Barreto, Digno. Ministro e Secretário d’Estado dos Negocios da Guerra da Republica Portuguesa. [Seguem-se oito folhas de assinaturas]”*;²¹

²⁰ Para consulta destes documentos, cfr. Museu do IPE.

²¹ Existe uma outra carta em que a população de Chelas prestou a Correia Barreto um sentido voto de apreço pela forma como implantou a Fábrica da Pólvora e como a dirigiu. Nessa carta, sublinha-se a *“sua constante preocupação com a segurança dos trabalhadores e com a educação dos seus filhos”* (APE, [s.d. b], p. 7).

- A segunda homenagem, tem o seguinte texto: *“Exmo. Cidadão, No meio do nosso labor quotidiano não podem certamente passar despercebidos aos filhos do povo, os superiores dotes de character de todos aquelles, que subindo pelos seus talentos a posições sociaes elevadas, não olvidando nunca os humildes trabalhadores, dispensando-lhes, em todas as ocasiões os seus disvellos, carinhos e atenções. Eis o motivo principal porque vimos hoje felicitar-vos. O nome de António Xavier Correia Barreto, de há muito conquistára em nossos corações, uma parcella importante de sympathia e respeito, que nêstes ultimos tempos se fundio na mais justa e sincera admiração. E essa admiração justifica-se nos actos da vossa vida publica de portuguez illustre, cujo nome jamais deixará de se destacar na sciencia e na politica nacionaes, da mesma forma como se destacam com todo o brilho e fulgôr, no vasto e celeste firmamento, os meteoros d’extrema grandeza. Os vossos trabalhos e estudos scientificos, a independencia do vosso character e as aspirações, de homem moderno desprendido de crenças, preconceitos e tradições, há muito expendidos sem receios d’especie alguma, foram as recommendações mais que sufficientes, para que aquelles que tomaram parte na jornada gloriosa, do já hoje histórico dia 5 d’Outubro de 1910, não vos esquecessem. O renascimento d’uma sociedade que d’alto a baixo necessita ser refundida e reformada, carecia para um tal esforço, d’um grupo de homens impolutos, dignos, sinceros e sobretudo possuidores d’uma alta envergadura intellectual. Vós sois um d’esses e por tal motivo mereceis todas as nossas homenagens. E teem ellas toda a razão de ser, ao contemplarmos a rapida obra de regeneração nacional, que o Governo Provisório da República Portuguesa, do qual vós tão dignamente occupaes a pasta da Guerra, vem fazendo desde a data memoravel da sua constituição. Sim, plenamente satisfeitas as nossas aspirações políticas, sociaes e anti-religiosas, rejubilamos pela formal demonstração feita a todo o mundo culto, de que nêste canto occidental da Europa, existe ainda um povo, outrora tão afamado, que embora depauperado por tantos seculos d’immoralidades e oppressões, deseja tomar o respectivo logar, que lhe compete no convivio da civilização moderna, tomando por lemmas o trabalho, a paz e a liberdade. Aceitai pois a expressão sincera do nosso immenso reconhecimento, pelos altos serviços por vós já prestados á patria portugueza. Ao Exmo. Cidadão António Xavier Correia Barreto. Digno. Ministro da Guerra do Governo Provisório da Republica Portuguesa. Lisboa, 20 de Novembro de 1910. Saude e*

Fraternidade. Vossos admiradores. Em nome do pessoal da Fabrica da Polvora em Chellas. [Assinaturas]”.

Mas devemos recordar que, anos antes, já havia sido tentada uma outra maneira de recompensar este Oficial. Uma vez que a sua acção relativamente à *Pólvora Barreto* tinha atingido notáveis resultados económicos, pensou o General Sebastião Telles, antigo Ministro da Guerra e deputado ao Parlamento, em traduzir a recompensa também em dinheiro. Assim, foi elaborada e apresentada no Hemiciclo, uma Proposta de Lei, em 24 de Março de 1909, para conferir ao então Coronel Correia Barreto o prémio pecuniário de doze contos de reis. Na referida proposta podia ler-se: “*como prova de reconhecimento do serviço relevante prestado ao paíz (...) que ele estudou e estuda muito, trabalhou e trabalha muitíssimo, tendo dado e dando ainda os óptimos frutos da sua energia em benefício único do seu paíz, sem outra remuneração que não fosse o seu vencimento ordinário como oficial de Artilharia (...) e por isso se apresenta a dita Proposta de Lei, visando não a recompensar condignamente o relevante serviço prestado ao paíz, mas unicamente a patentear que a Nação não esquece os que a servem com zelo e dedicação, não representando o pagamento da dívida, que a Nação contraiu com o Coronel Correia Barreto, mas unicamente como demonstração do seu reconhecimento*” (Vargas, 1998, pp. 4 e 5).

Porém, a instabilidade política que se vivia então, levou o Parlamento a nem discutir o documento. Ficava assim por premiar o génio do cientista que inventara uma pólvora sem fumo de características excepcionais, a *Pólvora Barreto*, cuja produção começara em 1898. A outra homenagem, despojada de medalhas mas cheia de sentimento, foi prestada pelos Pupilos do Exército - Instituição e antigos alunos -, que mesmo após as alterações políticas de 1926 e dos anos seguintes, sempre o consideraram como o *Fundador do Instituto*. Foi aquele que era sempre convidado para as cerimónias oficiais, quer académicas quer militares, aquele que nos jornais internos era sempre objecto de toda a admiração e aquele a quem, depois de morto, se passou a fazer romagem à última morada até aos dias de hoje.

No que concerne à sua relação com os Pupilos do Exército, Correia Barreto assume um lugar muito especial nos significados de referência para a comunidade estudante. Deparamo-nos frequentemente com a sua memória histórica, seja nas aulas, nas cerimónias mais emblemáticas da Escola ou mesmo nas tradições dos alunos, entre outras vertentes. Nesta afinidade muito especial entre o General Correia Barreto e esse Instituto, salientemos ainda um aspecto muito significativo e revelador que, no âmbito formal, não é despiciendo à nossa análise. Trata-se do facto de que todos os documentos relativos à criação do Estabelecimento foram assinados pelo

seu próprio punho. Com efeito, da investigação realizada aos documentos emanados pelo seu Ministério sobre os Pupilos do Exército, constata-se uma evidência sobremaneira importante: quando o General Correia Barreto deixa a Pasta da Guerra, essa Escola já percorrera todas as etapas conducentes à sua real concretização no terreno (Pinto, 2000).



Fonte: Mediateca do IPE.

Figura 10 – *Honras Militares pelos Alunos do IPE no Cemitério dos Prazeres, junto ao jazigo do General António Xavier Correia Barreto.*

Finalmente, num imprescindível relance de memória, é imperioso que recordemos a homenagem da Pátria ao soldado desconhecido no ano de 1921. Na Sala do Capítulo do Mosteiro da Batalha, encontra-se o *Túmulo do Soldado Desconhecido* da Grande Guerra 1914-1918.²² Em Abril de 1921, o General António Xavier Correia Barreto, aquando da sessão de chegada dos restos mortais dos dois militares - falecidos em combate na Flandres e em África - a sepultar no Monumento ao Soldado Desconhecido, discursou.

Para que não se apague a memória, e porque também esta é talvez uma das melhores formas de nós próprios homenagearmos tão ilustre cidadão e Patrono dos novos alunos admitidos à Academia Militar neste ano lectivo de 2010/2011, aqui ficam as palavras que Correia Barreto proferiu: *“Senhor Presidente da República, Senhores Congressistas: Cabe-me a honra de saudar, em nome do Congresso da República, o valor português simbolizado nos dois heróis*

²² O Convento de Santa Maria da Vitória (mais conhecido como Mosteiro da Batalha), tem a condição de Monumento Nacional desde 1910. Considerado como Património Mundial pela UNESCO, o Mosteiro da Batalha foi eleito como uma das sete maravilhas de Portugal em 7 de Julho de 2007. Este monumento foi mandado edificar por D. João I como agradecimento do auxílio divino e celebração da vitória na Batalha de Aljubarrota, sendo sabido que em 1388 já ali viviam os primeiros dominicanos.

*desconhecidos que desde hoje são nossos hóspedes. A homenagem que prestamos aos dois humildes soldados, é, no mistério que os envolve, a glorificação da raça portuguesa, raça de aventura, de sonho e de sacrifício. Os dois mortos são a Pátria com o seu nome épico, as suas sublimes glórias e os seus desfalecimentos. Se este dia é de luto, porque recorda aos corações portugueses a perda de seus filhos queridos, é também de festa dos Heróis, que combatendo pela liberdade do mundo, cimentavam, à custa do seu sangue, a independência e a felicidade da Pátria. Apagados os ecos das tremendas batalhas, depositas as armas pelos bravos combatentes da Grande Guerra, e volvidos aos seus pacíficos lares, cabe a nós não deixar estéril o sacrifício do sangue português vertido com tanta honra. Unamo-nos todos, como um só homem, para, com o nosso esforço contínuo e constante e persistentemente aplicado, tornarmos a Pátria num Portugal Maior, e nada será mais agradável, nem maior prémio ambicionarão os que pela Pátria se bateram. O exemplo está dado e por quem, em nome do Povo Português, o podia dar: o Parlamento da República vai conceder a ampla amnistia aos presos políticos para que todos os portugueses, nesta hora grave para a Pátria, se entendam na Santa Jornada do engrandecimento da terra portuguesa, fazendo com que para ela raiem dias de felicidade e de beleza que serão a recompensa de tanto heroísmo e de tanto sacrifício dos que pela Pátria morreram”.*²³



Fontes: Redacção do Boletim da APE, e quadro em óleo sobre tela de Sousa Lopes (1897-1944), “*Funeral do Soldado Desconhecido*”, datado de 1927, presente no Museu Militar em Lisboa.

Figuras 11 e 12 – *O Túmulo do Soldado Desconhecido, e as viúvas, de negro, acompanhando o féretro do soldado morto em combate.*

²³ Fonte: Centro de Documentação e Memória da APE.

CONCLUSÕES

António Xavier Correia Barreto foi uma das figuras mais proeminentes do novo regime político implantado em 5 de Outubro de 1910. Símbolo da defesa constante da democracia e da República Portuguesa, tomou um capital de imenso prestígio de normalizador e garante da vida democrática que o fez alcançar um dos principais lugares da dignidade nacional, a *Presidência do Senado e do Congresso*, sendo sempre eleito por quase unanimidade dos votos.

Ilustre militar, Correia Barreto continuamente aliou a vertente castrense com a vertente académica e científica. A *Pólvora Barreto*, invenção que se deve exclusivamente ao seu rigoroso trabalho e à sua imensa capacidade técnica, foi uma das conquistas científicas mais brilhantes que Portugal conseguiu naquela época. Nesse domínio, afirmou-se muito cedo como um dos melhores químicos a nível nacional, reconhecido internacionalmente e, nesse ensejo, contribuindo de forma indelével para aumentar o prestígio do Exército e levantar mais alto o nome de Portugal. Não raras vezes, os seus méritos científicos foram amplamente elogiados além fronteiras, não só em publicações militares, como também em várias revistas científicas de referência.

Enquanto oficial a quem logo foram conferidas funções de elevadíssima responsabilidade, no comando, na direcção e na chefia de organismos tão diversos no seio da estrutura superior da Instituição Castrense, Correia Barreto evidenciou capacidades de liderança absolutamente notáveis. No desempenho desses cargos, o seu trabalho foi sempre ratificado como um exemplo a seguir. A humanidade dos seus actos, a rectidão do seu carácter, a justeza das suas decisões e a inexcedível competência técnica, levaram-no a conquistar um manancial de confiança irredutível nos seus subordinados, fossem estes militares ou civis. As várias homenagens escritas que a ele foram endereçadas, e que ainda hoje se podem consultar no Museu do IPE e na Biblioteca Nacional, fazem prova inequívoca de um militar que era um líder por excelência e um especialista exímio, mas que nunca disso se vangloriou ou requereu qualquer recompensa.

Dotado de um elevado sentido do dever, era um pragmático por excelência. Essa sua postura, aliada a um sentimento pátrio inabalável, fizeram a diferença por diversas vezes. Para Correia Barreto, o interesse de Portugal estava sempre primeiro que o interesse individual. Esta sua capacidade de abnegação seria comprovada consecutivamente ao longo da sua vida militar e, depois, no exercício de funções políticas. Em todas as responsabilidades onde foi chamado a servir o seu país, sempre deu o seu melhor, de forma altruísta e em ordem a motivar outros a seguirem os ideais que o orientavam.

Foi promovido a Oficial General por nomeação directa do Presidente da República, depois de ter desempenhado com elevadíssima rectidão e extraordinária competência, alguns dos mais relevantes cargos do seu tempo, tanto na hierarquia militar, como no domínio político. Sendo um defensor da formação humana nas fileiras, protagonizou aquela que foi uma significativa reforma das Forças Armadas, tendo muito contribuído para as modernizar face aos novos desafios que emergiam naquela época.

Mas foi mais longe. Consciente de que o novo regime político, a República Portuguesa, deveria concorrer para melhorar os níveis de escolarização dos seus cidadãos, encetou uma mudança estrutural nos princípios de recrutamento e nos próprios processos de instrução. A Correia Barreto se deve a implementação de um sistema de ensino onde os militares viriam a desempenhar um papel fulcral no campo da Educação em Portugal. Entendida em sentido lato, esta Educação incluía, entre outras áreas, a alfabetização, o treino físico e a educação cívica dos cidadãos, militares e não militares. Interessava formar cidadãos úteis à Pátria, que pelo seu esforço e pelo seu trabalho, aumentassem a riqueza do seu país e nunca se constituíssem como um encargo para os seus pares. A Pátria, ela sempre, estava primeiro.

Neste contexto, também fundou o *Instituto Profissional dos Pupilos do Exército de Terra e Mar*, o actual IPE, porque aos mais jovens, com destaque para os órfãos e para os mais humildes filhos dos militares do 5 de Outubro de 1910, era imprescindível conferir-lhes uma oportunidade séria de se valorizarem, pelo estudo e pelo trabalho, possibilitando-lhes adquirir as ferramentas educativas e profissionais essenciais para vingarem na vida laboral. Prestes a comemorar o seu centenário, o IPE é penhor seguro do testemunho de centenas de gerações de alunas e alunas que ali se formaram para a vida e que, na vida castrense e na vida civil, tanto contribuíram para o desenvolvimento de Portugal.

Para Correia Barreto era imperioso que as Forças Armadas estivessem dotadas de líderes corajosos, empenhados, conscientes e tecnicamente bem preparados, colocando o serviço pátrio acima de todo e qualquer interesse individual. Do conjunto de condecorações conferidas a António Xavier Correia Barreto, destacam-se as seguintes:

- Grau de Oficial da Real Ordem Militar de São Bento de Aviz, em 1894;
- Comendador da Real Ordem de São Bento de Aviz, em 1905;
- Grande Oficial da Ordem Militar de Aviz, em 1919;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Santiago da Espada, em 1919;
- Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz, em 1920;
- Grã-Cruz da Ordem de Mérito Militar de Espanha, em 1922.

Entre outros cargos que exerceu, destacam-se os seguintes:

- Director do Laboratório Químico dos Estabelecimentos Fabris do Exército;
- Director da Fábrica de Pólvora Sem Fumo;
- Director do Arsenal do Exército;
- Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana;
- Comandante da 1.^a Divisão do Exército;
- Presidente da Câmara Municipal de Lisboa;
- Senador;
- Ministro da Guerra;
- Presidente do Senado e do Congresso.

O General António Xavier Correia Barreto constitui-se assim como uma figura de referência, uma expressão histórica das qualidades e das virtudes que caracterizam não só o ideário militar, mas também os maiores valores de cidadania. Foi um militar insigne, que ao serviço da Pátria se afirmou como um modelo de perseverança e de progresso em prol do bem comum. O valor emérito e a dimensão da sua personalidade, constituem um farol de referência que serve de guia e de rumo aos novos alunos da Academia Militar, mas que também se oferece como um exemplo de amor à Pátria e à justiça, e de obediência ao dever e ao sacrifício em prol do colectivo.

A escolha deste militar para Patrono, que teve um papel tão relevante nos primeiros anos da República Portuguesa, exalta não só a efeméride do seu Centenário, mas defende também a tradição da Academia Militar e a coesão de todos aqueles que escolheram voluntariamente seguir a carreira das armas, exortando-os a desenvolver atributos de carácter, honra, lealdade e culto da ordem e da disciplina. Correia Barreto encerra exactamente aquilo que o então TCOR do C.E.M. Alfredo Pereira da Conceição defendia que um Patrono deveria representar, ao ser uma personalidade *“onde o grandioso se junta o humano, onde o amor da terra se junta ao amor das gentes, onde a paixão de servir uma causa nobre se junta ao ardor duma inteligência rara”*.

Enquanto alicerce moral entre jovens do mesmo curso que enfrentam, em conjunto, as adversidades naturais do meio militar e académico, o General António Xavier Correia Barreto representa um símbolo de união, espírito de corpo, alento e perseverança. Foi alguém que marcou o seu tempo, pela sua excepcional carreira militar, académica, científica e política, forjada determinantemente em ideais de liberdade, igualdade, firmeza nas convicções, intransigência ética e inolvidável coragem.

Aos novos Cadetes-Alunos da Academia Militar, é legado o desafio de vencerem pelo

próprio esforço, oferecendo ao Exército e a Portugal aquilo que de melhor puderem ser enquanto cidadãos e enquanto militares, fazendo assim inteira justiça ao desafio pronunciado pelo seu Patrono, quando este afirmava que era “*absolutamente indispensável ser superior: superior pelo carácter, pelo coração, pelo espírito, pela educação e pela instrução*”.

BIBLIOGRAFIA

APE [s.d. a]. *António Xavier Correia Barreto – Síntese Biográfica*, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa.

APE [s.d. b]. *Biografia do General António Xavier Correia Barreto*, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa.

ARNAUT, António (2000). *Introdução à Maçonaria*, Coimbra Editora, Coimbra.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. *Processo Individual de António Xavier Correia Barreto*, folhas não numeradas.

CABRAL, Manuel Villaverde (1988). *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Editorial Presença, Lisboa.

CARDOSO, Sá (Org.) et al. (1947). *In Memoriam*, [s.n.], Lisboa.

CARVALHO, António Carlos (1976). *Para a história da maçonaria em Portugal (1913-1935): alguns subsídios recolhidos por António Carlos Carvalho*, Editorial Veja, Lisboa.

CML/CMT (2004). *Correia Barreto. 1853-1939. Fundador dos Pupilos do Exército*, Câmara Municipal de Lisboa/Comissão Municipal de Toponímia, Lisboa.

DIAS, Augusto (2003). “Notícias do Instituto” in Vários, *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 188, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Janeiro a Março, pp. 14 e 15.

DIAS, Graça Silva e DIAS, J. S. da Silva (1980). *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

MADUREIRA, Joaquim (1915). *A Forja da Lei. A Assembleia Constituinte em Notas a Lápis*, F. Franca Amado Editor, Coimbra.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1986a). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. I, Editorial Delta, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1986b). *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Vol. II, Editorial Delta, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1991). “Da Monarquia para a República” in MARQUES (Coord.) et al., *Nova História de Portugal*, Vol. XI, 1.ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1998). *A maçonaria em Portugal*, Gradiva, Lisboa.

MARTINS, Rocha [s.d.]. *Pimenta de Castro*, Edição do autor, Lisboa.

MOCH, A. (1899). *A Pólvora sem fumo e a táctica*, [s.n.], Lisboa.

PINTO, Paulo Mendes (2000). *Pupilos do Exército 1911*, Instituto Militar dos Pupilos do Exército/Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa.

PINTO, Paulo Mendes (2002). *António Xavier Correia Barreto: Biografia de um Presidente do Senado*, Assembleia da República, Lisboa.

PINTO, Paulo Mendes (2003). “O Fundador, 150 anos após o seu nascimento” in Vários, *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 188, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Janeiro a Março, pp. 24 a 27.

PINTO, Paulo Mendes (2008). “Biografia de António Xavier Correia Barreto. Nós e a memória: entre mitos e realidade. A geneologia do mito do fundador” in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 169, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Julho a Setembro.

RAMOS, Rui (1994). “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional” in MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*, Vol. VI, Editorial Estampa, Lisboa.

RELVAS, José (1977). *Memórias Políticas*, Vol. 1, Terra Livre, Lisboa.

RODRIGUES, Arlindo (2004). *A Escola e a Cidadania: tradição e modernidade*, Plátano, Lisboa.

ROSADO, David Pascoal (2008). *Pupilos do Exército: Uma Interpretação Sociológica*, MailTec, Lisboa.

ROYAL MILITARY ACADEMY (1994). *Serve to Lead (An Anthology)*, The Royal Military Academy, Sandhurst.

SANTOS, João António Correia dos (1911). *Problemas Resolvidos de Manipulações de Chimica. Para uso dos Lyceus [...]*, III Volume, Typ. da Cooperativa Militar, Lisboa.

SANTOS, Machado (1916). *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Papelaria e Tipografia Liberty, Lisboa.

SIMÕES, J. M. de Oliveira (1892). *A Escola do Exército. Breve notícia da sua história e da sua situação actual*, Imprensa Nacional, Lisboa.

VARGAS, Rui dos Santos (1998). “Pólvora Barreto. Centenário da Produção Industrial” in Separata do *Boletim da Associação dos Pupilos do Exército*, N.º 170, Associação dos Pupilos do Exército, Lisboa, Outubro a Dezembro.